

## **O mérito, as cotas e o racismo (DEMÓSTENES TORRES)**

**O REITOR DA FACULDADE ZUMBI DOS PALMARES**, José Vicente, me acusa de um delito, o racismo, que teria sido cometido em audiência no Supremo Tribunal Federal, em 2010. Nela, defendi as cotas sociais, em vez das raciais, para a ação afirmativa atender a quem realmente precisa: os pobres de todas as cores.

Em nenhum trecho falei o que Vicente alega em artigo publicado nesta **Folha** no dia 19 de abril ("É o racismo, estúpidos!", "Tendências/Debates"). Naquele e em outros debates sobre cotas me vali das ciências, como a biologia e a história. Citei dados para embasar afirmações como a de que só existe uma raça, a humana. Nas vagas de cotas, qual critério usar? A cor da pele?

Pesquisa do projeto Raízes Afro-brasileiras mostrou que os genes do sambista Neguinho da Beija-Flor são 67,1% europeus e 31,5% africanos. O país inteiro é assim. O sangue é tão misturado que um laboratório é incapaz de identificar a coloração da epiderme que picou para extraí-lo. Só sabe que foi bombeado por um coração brasileiro.

Há filhos do mesmo pai, da mesma mãe, em que um é negro e o outro é branco. Gêmeos idênticos, cor de pele igual, foram divididos por universidade cotista: "Esse é negro, esse é branco". É a diversidade de um país que celebra Pelé e Clarice Lispector, Machado de Assis e Patrícia Pillar. Isso acabou evitando, no texto de que fui relator e do qual resultou o Estatuto da Igualdade Racial, a implantação de uma guerra que o povo nunca travou.

Ao contrário. A legislação, ao longo dos anos, tem sido implacável com o racismo. No artigo, Vicente me acusa de "destilar em praça pública os venenos que reservava para ambientes privados". Membros de ONGs acreditaram na matéria e a distribuíram via e-mail e em sites, blogs e perfis nas redes sociais. Começou com premissa não checada por um reitor, e o efeito viral tornou um parlamentar o racista da vez.

Quem, então, "destila veneno"? O rosário vai do jogador Roberto Carlos aos brutamontes que brigam em estacionamento. O propósito da colagem de manchetes é dar a impressão de que a apologia ao mérito tem o efeito de formar gangues. E sou eu o acusado de usar "retórica dissimulada".

Ao abrir, do alto do prestígio do jornal e da massificação da internet, o travesseiro com as penas das inverdades, Vicente me obriga a recolhê-las, uma a uma, como no tradicional exemplo dos crimes contra a honra. E sou eu quem "faz mau uso do direito de expressão pra fins pessoais inconfessáveis". Nos comentários dos leitores virtuais, sobraram xingamentos raivosos. E sou eu quem "fomenta, de modo irresponsável, o ódio racial".

Os dados sem checagem o fizeram errar nome de congressista (confunde o deputado Júlio Campos com o senador Jayme Campos) e enxergar ligação entre a defesa do mérito e a "perseguição, a agressão e a eliminação de negros, de judeus e de homossexuais". Não há qualquer relação com esses absurdos. O que celebrei foi o painel multicolor que torna tão belo e rico este Brasil heterogêneo.

A intolerância se disfarça dos mais nobres sentimentos, nutre-se do senso comum e, espalhando-se pelo politicamente correto, "tateia sutilmente pelas frestas e se mistura sinuosamente com naturalidade cotidiana". A saída é a educação.

Inclusive na Zumbi, mas quando se trabalhar para tirá-la do 1.568º lugar entre as faculdades e da nota 2 no índice de cursos. Melhorar dá trabalho, mas é mais eficiente que achincalhar honra, crime que devemos "repudiar e combater sem trégua e sem piedade, sem diminuí-lo e sem ignorá-lo", exatamente como agimos nos casos de racismo.

---

**DEMÓSTENES TORRES**, procurador de Justiça, é senador da República pelo DEM-GO. **Folha de São Paulo, junho de 2011.**

## **Israel, Palestina, gelatina (JOÃO PEREIRA COUTINHO)**

**ISRAEL É** como um bom orgasmo: podemos não transar durante dias ou semanas, mas, quando finalmente acontece, é como se fosse a primeira vez.

Todo mundo discute o assunto, todo mundo acusa todo mundo e o leitor inocente acredita que o conflito israelense-palestino começou hoje com o café da manhã. Ou ontem, depois do jantar.

Olhemos para Barack Obama: o que disse o presidente americano de novo nos seus discursos da semana retrasada? A julgar pelas reações de políticos e jornalistas, disse coisas fundamentais. Como, por exemplo, que um novo Estado palestino deve ser reconhecido nas linhas anteriores ao conflito de 1967, embora com trocas de terras acertadas por comum acordo.

Sim, as linhas pré-1967 são um "déjà vu" na história dessa história. Mas o momento orgástico

aconteceu com as "trocas de terras acertadas por comum acordo", uma sacada genial que levou vários jornalistas e diplomatas ao delírio. Como foi que ninguém pensou nisso antes?

Lamento ser uma ducha de água fria para o pessoal. Mas a sacada genial já foi pensada antes. E foi pensada em condições extremas e dramáticas, depois do fracasso dos encontros de Camp David e depois da segunda intifada.

Corria o ano 2000. E o tempo também corria contra Bill Clinton: a poucos meses de deixar a Casa Branca, e sem um acordo de paz entre Yasser Arafat e Ehud Barak, Clinton apresentou o seu plano para ressuscitar o cadáver e parar com a guerra civil "de fato" entre israelenses e palestinos. Eis o plano: um Estado palestino nas linhas anteriores ao conflito de 1967 e, veja só, com "trocas de terras acertadas por comum acordo".

Para sermos exatos, o futuro Estado palestino seria composto por 94% a 96% da Cisjordânia; os 4% restantes seriam anexados à faixa de Gaza, ou seja, retirados a Israel para compor a totalidade do bolo palestino. Sabe o leitor o que sucedeu? Barak aceitou a proposta; Arafat recusou-a. O "processo de paz" estava morto, Clinton estava de saída e George W. Bush de entrada. Vieram os ataques de 11 de Setembro. Washington passou a concentrar as energias no Afeganistão e no Iraque.

Mas, apesar disso, o conflito israelense-palestino não foi completamente esquecido. Em 2003, era lançado o "Road Map" [mapa da estrada, em livre tradução], sob os auspícios do Quarteto para a Paz. Por Quarteto, favor ler: Estados Unidos, Nações Unidas, União Europeia e Rússia. Pergunto novamente: sabe o leitor qual era o plano do Quarteto? Exato. Nem preciso repetir. Mas repito o que fez Ariel Sharon, então premiê de Israel, sob pressão do Quarteto: depois de 38 anos de ocupação, Israel se retirou unilateralmente de Gaza em 2005.

De nada serviu. O Hamas passou a lançar foguetes para o interior de Israel; Israel retaliou com ferocidade inaudita. Em 2006, o Hamas venceu as eleições parlamentares e, até hoje, recusa-se a reconhecer a "entidade sionista". E Israel? Israel recusa-se a retirar da Cisjordânia por temer uma repetição de Gaza em ponto grande. Uma história a respeito: anos atrás, em conversas com um diplomata israelense no Ministério das Relações Exteriores em Jerusalém, perguntei-lhe quando é que Israel retiraria da Cisjordânia. A resposta dele foi longa, elaborada, ponderada. E resume-se numa única palavra: nunca.

A comoção que o discurso de Barack Obama provocou na mídia e nas chancelarias é inversamente proporcional à banalidade das suas palavras e à banalidade das reações árabes e judaicas. Barack Obama deseja um Estado palestino nas linhas anteriores à Guerra dos Seis Dias, embora com "trocas de terras acertadas por comum acordo". Bocejo. Israel deseja continuar na Cisjordânia e recusa-se a retirar do território porque imagina, não sem alguma razão, que a Cisjordânia seria rampa de lançamento de foguetes contra Israel. Como foi Gaza. Duplo bocejo.

O Hamas, reagindo aos discursos de Obama, considera-o um traidor e uma fraude e deseja que Israel seja riscado do mapa porque entende que a "ocupação sionista" não se limita à Cisjordânia; ela abarca toda Palestina. Triplo bocejo. E eu? Eu, modestamente, desejo o prato de gelatina que está na geladeira. Faz calor em Lisboa e há coisas neste mundo que ainda são alcançáveis por mãos humanas.

**Folha de São Paulo, junho de 2011.**

## **Em busca de limite (ROSELY SAYÃO)**

**"SOCORRO! NÃO ESTOU SENTINDO NADA/** Nem medo nem calor nem fogo/ Não vai dar mais pra chorar/ Nem pra rir... Socorro!" Esse é o trecho inicial de uma canção, composta por Arnaldo Antunes e Alice Ruiz, que foi bem lembrada por uma conhecida que passou um Dia das Mães bem difícil.

Nesse dia, ela enfrentou a morte de dois jovens de 21 anos: um primo e a irmã de uma amiga. Os dois perderam a vida em situações bem semelhantes que envolveram a combinação jovem + ingestão de bebida alcoólica + direção em alta velocidade.

"Como ajudar esses jovens?", perguntou. A questão que ela dolorosamente levantou faz muito sentido. Hoje, acidentes de trânsito são uma das maiores causas da morte de jovens, e as estatísticas apontam que a embriaguez está presente principalmente quando as vítimas têm entre 18 e 30 anos.

O que temos feito para que esses jovens amem a vida, desenvolvam o autocuidado e atitudes de respeito por si mesmos, tratem suas emoções com delicadeza e construam um projeto de vida que lhes permita olhar para o futuro como um alvo a ser alcançado e não uma fatalidade ou determinação?

Temos estimulado o consumo na vida deles, de todos os modos. Carro, telefone celular e computador, por exemplo, não são desejados por eles pelas suas funções básicas e sim pelo modelo, pelas funções complementares, pela aparência e, principalmente, pelo status que a posse desses objetos lhes confere.

O carro não é um sonho de consumo para os jovens por facilitar suas vidas pela locomoção de um lugar para outro, por exemplo. Vale muito mais, quando não somente, pelo valor que ele agrega à sua pessoa. Um jovem sente que tem mais valor quando tem um carro, mesmo que não tenha sido fruto de seu trabalho. E o que falar da competição? Desde que são pequenos, desejamos que sejam os melhores, os

primeiros da fila, os campeões. Mas, fora do esporte, a competição não facilita a vida de nossos jovens.

Ao contrário: funciona como uma pressão muitas vezes avassaladora. Vocês sabem que os jovens, no ano do vestibular, contam, muitas vezes estimulados pelas escolas, quantos são os pares que precisam derrubar para entrar na faculdade almejada? Ah! Não podemos esquecer também que, de muitas formas, ensinamos a eles que o que vale na vida é a curtidão do aqui e agora: prazer e diversão devem ser os ingredientes básicos do cotidiano que vivem. E assim vivem eles, de balada a balada, de beijo a beijo, de uma rede virtual a outra, de uma transa a outra, de um esporte radical a outro.

Mas, pelo jeito, isso não está dando certo. Estudos de todas as partes do mundo acusam: as taxas de suicídio entre os jovens têm aumentado assustadoramente, e nosso país não é uma exceção a essa tendência. Precisamos ouvir esses jovens. O que os inquieta, o que lhes tira a tranquilidade, qual a visão de mundo que eles têm? O que eles aprendem conosco, o que criticam em nosso modo de viver, quem são seus oponentes?

Um jovem conhecido me procurou para trocar ideias a respeito da sua vida e começou logo dizendo que me procurara por saber que eu não conversaria com ele como se fosse sua amiga e que ele sabia que, caso ele precisasse, eu daria uns "toques pesados" para ele. Traduzindo: o que ele pedia era uma escuta atenciosa e, depois, uma bronca. Que ele levou por merecimento ""aliás, ele já sabia disso desde o início de nossa conversa"" e gostou de ter levado.

De jovens, bastam eles. A juventude exaure, sabia leitor? Talvez nossos jovens precisem da companhia de pessoas mais velhas, dos adultos, por exemplo. Onde estão eles? Curtindo sua própria juventude já ida...

**ROSELY SAYÃO** é psicóloga e autora de "Como Educar Meu Filho?" (Publifolha). **Folha de São Paulo, junho de 2011.**

## **Educação como fator de desenvolvimento (ANNIKA MARKOVIC)**

**EM UM ENCONTRO COM PRIMEIRO-MINISTRO** da Suécia, Fredrik Reinfeldt, a presidente Dilma anunciou um acordo que vai disponibilizar 75 mil bolsas de estudo em universidades suecas, inicialmente nas áreas de exatas e médicas. Segundo a presidente, o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico está ligado a uma política efetiva de formação educacional. O Brasil vem demonstrando conquistas no setor educacional e a evidência de que se trata de uma área de extrema importância para o sucesso do país nos próximos anos.

Segundo dados do Censo 2010, em sete anos o número de matrículas em cursos de graduação no Brasil aumentou de 3,5 milhões para 5,9 milhões. Os números são expressivos e, sem dúvida, mostram um caminho que já está sendo percorrido. Uma forma de otimizar esse caminho, no entanto, é observar exemplos de avanços na área.

Em alguns meses, o ministro de Ciência e Tecnologia irá apresentar o plano para a nova política industrial do Brasil, com foco em ciência e inovação. Essa é uma área na qual a Suécia tem tido muito sucesso; a questão que o Brasil enfrenta agora é: como traduzir educação superior e pesquisa em produtos e benefícios para a economia? A Suécia, por exemplo, é um país em que o ensino gratuito sempre foi garantido a todos. O país tem forte tradição em educação pública, com 50% da sua população matriculada em algum tipo de curso educacional. Isso ajudou a criar gerações de indivíduos inovadores, o que é crucial para o conhecimento e para a economia de uma nação.

Dentro desse quadro, a Suécia é um dos países que mais investem em educação, pesquisa e desenvolvimento, alicerces do crescimento econômico do país. Dois terços das pesquisas financiadas pelo governo sueco acontecem em universidades e faculdades, baseadas no modelo sueco de desenvolvimento de hélice tripla, envolvendo indústria, universidade e governo. Esse modelo tem contribuído para o desenvolvimento de um ambiente colaborativo entre diferentes âmbitos da sociedade: o governo desenvolve os parâmetros da economia, as universidades ampliam suas bases de conhecimento e as indústrias criam novos produtos, serviços ou mercados.

As universidades suecas desempenham um novo papel na sociedade, não só treinando estudantes e conduzindo pesquisas, mas também verificando que o conhecimento e o capital humano são usados para o desenvolvimento econômico da sociedade. Tal modelo de hélice tripla pode servir de exemplo para o Brasil, que vive uma nova fase de desenvolvimento. Por isso, é importante ter objetivos claros para a qualificação da educação pública no país, de forma que o Brasil aumente ainda mais suas conquistas no setor.

Se o país estiver interessado em compreender, com maior detalhe, o exemplo da Suécia, nós ficaríamos felizes em compartilhar nossas práticas e experiências.

**ANNIKA MARKOVIC** é embaixadora da Suécia no Brasil. Foi também embaixadora na República das Filipinas e atuou como primeira-secretária na missão permanente sueca na ONU. **Folha de São Paulo, junho de 2011.**

## **Verdade e preconceito (FERREIRA GULLAR)**

**TENHO COMENTADO** aqui o fato de que, para alguns linguistas, nunca há erro no uso do idioma: tanto faz dizer "problema" como "pobrema" que está certo. Confesso que, na minha modesta condição de escritor e jornalista, surpreendo-me, eu que, ao suspeitar que poderia me tornar poeta, passei dois anos só lendo gramáticas. E sabem por quê? Porque acreditava que escritor não pode escrever errado.

E agora descubro que ninguém escreve errado nunca, pois todo modo de escrever e falar é correto! Perdi meu tempo? Mas alguma coisa em mim se nega a concordar com os linguistas: se em todo campo do conhecimento e da ação humana se cometem erros, por que só no uso da língua não? É difícil de engolir.

Essa questão veio de novo à baila com a notícia de um livro, adotado pelo Ministério da Educação e distribuído às escolas, em que a autora ensina que dizer "os livro" está correto. Estabeleceu-se uma discussão pública do assunto, ficando claro que, fora os linguistas, ninguém aceita que falar errado esteja certo.

Mas não é tão simples assim. Falar não é o mesmo que escrever e, por isso, falando, muita vez cometemos erros que, ao escrever, não cometemos. E às vezes usamos expressões deliberadamente "erradas" ou para fazer graça ou por ironia. Mas, em tudo isso, está implícito que há um modo correto de dizer as coisas, pois a língua tem normas. O leitor já deve ter ouvido falar em "entropia", uma lei da física que constata a tendência dos sistemas físicos para a desordem. E essa tendência parece presente em todos os sistemas, inclusive nos idiomas, que são também sistemas.

Devemos observar que as línguas, como organismos vivos que são, mudam, transformam-se, como se pode verificar comparando textos escritos em épocas diferentes. Há ainda as variações do falar regional, que guarda inevitáveis peculiaridades e constituem riqueza do idioma.

Mas isso não é a mesma coisa que entropia. Já violar as normas gramaticais é, sim, caminhar para a desordem. Se isso é natural e inevitável, é também natural o esforço para manter a ordem linguística, que não foi inventada pelos gramáticos, mas apenas formulada e sistematizada por eles: nasceu naturalmente porque, sem ela, seria impossível as pessoas se entenderem.

Na minha condição de "especialista em ideias gerais" (Otto Lara Resende), verifico que, atualmente, não só na linguística, tende-se a admitir que tudo está certo e, se alguém discorda dessa generosa abertura, passa a ser tido como superado e preconceituoso. Agora mesmo, durante essa discussão em torno do tal livro, os defensores da tese linguística afirmaram que quem dela discordava era por preconceito.

Um dos secretários do ministro da Educação declarou que aquele ministério não se julgava "dono da verdade" e que, por isso mesmo, não poderia impedir que o livro fosse comprado e distribuído às escolas. Uma declaração surpreendente, já que ninguém estava pedindo ao ministro que afirmasse ou negasse a existência de Deus, e sim, tão somente, que decidisse sobre uma questão pertinente à sua função ministerial. Não é ele o ministro da Educação? Não é ele responsável pelo que se imprima à educação pública no país? Se isso não é de sua competência, é de quem? De fato, o que estava por trás daquela afirmação do secretário não era bem isso, e sim que a crítica ao livro em discussão não tinha nenhum fundamento: era mero preconceito. Ou seja, simples pretensão de quem se julga dono da verdade que, como se sabe, não existe...

Esse relativismo, bastante conveniente quando se quer fugir à responsabilidade, tornou-se a maneira mais fácil de escapar à discussão dos problemas. Certamente, não se trata de afirmar que as normas e princípios que regem o idioma ou a vida social estejam acima de qualquer crítica, mas, pelo contrário, devem ser questionados e discutidos. Considerar que todo e qualquer reparo a este ou aquele princípio é mero preconceito, isso sim, é pretender que há verdades intocáveis.

Não li o tal livro, não quero julgá-lo a priori. Creio, porém, que quem fala errado vai à escola para aprender a falar certo, mas, se para o professor o errado está certo, não há o que aprender.

## **MEC descarta regra do "jeito certo" de falar desde 1997**

**ANTÔNIO GOIS - DO RIO**

A orientação para que as escolas não "consertem a fala de aluno para evitar que ele escreva errado" consta desde 1997 dos Parâmetros Curriculares Nacionais - ou seja, passou pelos governos FHC, Lula e Dilma. Os documentos servem como orientação a escolas, professores e editoras. Quando abordou nos PCNs o tema "qual fala cabe à escola ensinar", o Ministério da Educação já orientava que a escola "precisa livrar-se do mito de que existe uma única forma certa de falar".

Mesmo assim, surgiu recentemente uma grande discussão sobre variações na linguagem oral em desacordo com a norma culta, motivada pelo livro didático "Por uma Vida Melhor".

Na semana passada, o site "IG" divulgou que o livro, ao tratar da diferença entre a língua oral e a escrita, afirma que é possível dizer, em determinados contextos, "os livro ilustrado mais interessante estão

emprestado". A educadora Maria Cristina Ribeiro Pereira, uma das coordenadoras dos PCNs em 1997, diz que a inclusão do tema nos parâmetros teve como objetivo chamar a atenção da escola para preconceitos não visíveis.

"O preconceito em relação à fala acontece não apenas com jovens e adultos. É comum, por exemplo, quando uma criança sai de uma escola rural para uma urbana, sofrer preconceito pelo modo de falar." Ela não quis comentar o livro "Por uma Vida Melhor" por não tê-lo lido.

Editoria de Arte/Folhapress

## LÍNGUA ORAL E ESCRITA

Trechos de livro didático com variantes do português causam discussão

### A POLÊMICA

Conteúdo do livro "Por uma Vida Melhor" mostra diferenças entre a língua oral e escrita e afirma que as duas estão corretas, o que é criticado por alguns especialistas

Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados.

Você pode estar se perguntando: "Mas eu posso falar 'os livros'?"

Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de **preconceito linguístico**. Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião.

Trechos da página 15 do livro

### OUTRO EXEMPLO

Na variedade popular, contudo, é comum a concordância funcionar de outra forma. Há ocorrências como:

Nós pega o peixe.

nós → 1.ª pessoa, plural

pega → 3.ª pessoa, singular

Os menino pega o peixe.

menino → 3.ª pessoa, ideia de plural (por causa do "os")

pega → 3.ª pessoa, singular

**Observação:** concordância, não tem o se. Nesse contexto envolvidos não precisam ser quem fala (1.ª pessoa), se fala (2.ª pessoa) ou fala (3.ª pessoa). Não vi sua regra (1.ª pessoa).

Trecho da página 16

### CONTEXTUALIZAÇÃO NO LIVRO

"Falar é diferente de escrever. A fala espontânea, por exemplo, é menos planejada, apresenta interrupções que não são retomadas."

Trecho da página 11

"As classes sociais menos escolarizadas usam uma variante da língua diferente da usada pelas classes sociais que têm mais escolarização. Por uma questão de prestígio – vale lembrar que a língua é um instrumento de poder –, essa segunda variante é chamada de **variedade culta** ou **norma culta**, enquanto a primeira é denominada **variedade popular** ou **norma popular**."

"Como a linguagem possibilita acesso a muitas situações sociais, a escola deve se preocupar em apresentar a norma culta aos estudantes, para que eles tenham mais uma variedade à sua disposição, a fim de empregá-la quando for necessário."

Trechos da página 12

Para o linguista e acadêmico da Academia Brasileira de Letras Evanildo Bechara, no entanto, a orientação dos PCNs foi um "erro de visão". "Há uma confusão entre o que se espera de um cientista e de um professor. O cientista estuda a realidade de um objeto para entendê-lo como ele é. Essa atitude não cabe em sala de aula. O indivíduo vai para a escola em busca de ascensão social", diz Bechara.

Anteontem, a ABL divulgou nota oficial criticando o livro e o MEC. Marcos Bagno, autor do livro "Preconceito Linguístico", discorda. "Discutir preconceito linguístico na escola é fundamental para que alunos que vêm de classes menos favorecidas não se sintam reprimidos ou amedrontados", diz. "A atitude normal da escola sempre foi zombar da fala dos alunos. Esse debate é fundamental para criar um ambiente mais acolhedor."

Bagno critica os meios de comunicação por terem criado o que ele chama de falsa polêmica. "A discussão sobre preconceito linguístico ocupa apenas 2% do tempo de sala de aula. Nos outros 98%, o que se faz é ensinar as normas cultas de prestígio." Ele argumenta também que a língua é dinâmica. "Há 50 anos, dizer que alguém 'poderia se mudar' era crime bárbaro, pois o certo seria poder-se-ia. Hoje, no entanto, quase todos os manuais de redação de jornais orientam a evitar a mesóclise."

Folha de São Paulo, junho 2011.

## **A inteligência é um lixo (GILBERTO DIMENSTEIN)**

**IMAGINE UMA** cidade em que não existam caminhões de lixo passando pela rua nem se vejam, em nenhum lugar, lixeiras. O lixo passaria por tubos subterrâneos, desembocando num centro de reciclagem. Essa imagem está prestes a ser realidade em Barcelona, onde a experiência começou em 1992 com a Olimpíada. Desde então, o projeto vem sendo expandido.

Acontece nesta semana em São Paulo (onde ainda existe muito lixo na rua) o encontro dos prefeitos das 40 maiores cidades do mundo, ideia que surgiu em Londres e Nova York para compartilhar projetos ambientais e traçar uma ação conjunta. É uma chance de conhecer alguns desses projetos, que revelam como a criatividade e a ousadia estão produzindo cidades mais inteligentes e saudáveis. Mesmo quem não se importe com a sustentabilidade vai reconhecer que essas experiências são formidáveis exemplos da inventividade.

Por coincidência, Londres e Nova York, as cidades criadoras do encontro batizado de C-40, chamaram na semana passada a atenção mundial para ações que visam manter o ar mais limpo.

Nova York já tinha sido pioneira em banir o fumo de lugares fechados, inclusive bares e restaurantes. Agora, numa ofensiva ainda mais radical e polêmica, proibiram o cigarro em parques e na praia. Para ser a cidade mundial do carro elétrico, Londres lançou oficialmente na quinta-feira o projeto de instalar até 2013 uma rede de 1.300 postos de recarga. Esse número supera o de postos de gasolina. Os indianos, aliás, estão prometendo o carro elétrico mais barato do mundo e imaginam que as ruas londrinas venham a ser o seu, digamos, grande "test drive".

Londres prepara-se para projetar uma imagem de sofisticação ambiental, aproveitando o fato de, no próximo ano, receber a Olimpíada. A cidade teve a ousadia de lançar o pedágio urbano e está estimulando seus moradores a criar fazendas urbanas, plantando hortas em todos os lugares possíveis, especialmente sobre os prédios e as casas. O objetivo, nada modesto, é fazer que a cidade produza o que consome ao mesmo tempo em que dissemina áreas verdes por todos os lados. Tudo isso serve de inspiração para o mundo em geral e, em particular, para o Brasil, que vai receber a Olimpíada seguinte. Assim como ocorreu em Barcelona, a Olimpíada pode ser uma chance não apenas de melhorar uma cidade mas de elevar o seu patamar civilizatório.

O que essas cidades inovadoras fazem é justamente melhorar nossa percepção de civilidade. É o que sentimos quando vemos o prefeito de San Francisco, nos Estados Unidos, indo de bicicleta para o trabalho. Ou, no caso brasileiro, a Lei Cidade Limpa, em São Paulo, ou o sistema de transporte público de Curitiba. Poucas coisas são importantes para a imagem do Brasil como a disseminação do etanol, que acabou pondo o país na vanguarda tecnológica da indústria automobilística e química (produção do plástico verde, por exemplo). Em nenhum lugar do planeta existe um museu de arte tão ecológico como o de Inhotim, em Brumadinho (Minas Gerais), uma reserva florestal que virou um templo de arte contemporânea.

Na cidade de Calgary, no Canadá, graças a uma rede de energia eólica, o abastecimento do transporte público vem do vento. Na Dinamarca, as famílias que produzem sua própria energia ganham dinheiro do governo. Surgiram assim cooperativas de energia eólica. Por isso Copenhague virou um modelo admirado mundialmente. Na cidade de Linköping, na Suécia, todo o transporte público é movido com o que sobra das cantinas e restaurantes. Colocar a inteligência no lixo é hoje uma das grandes e maravilhosas fontes da inventividade humana.

**PS-** Estou tendo a maior experiência ecológica da minha vida. Cambridge, onde moro, é um imenso jardim, onde podemos fazer quase tudo a pé ou de bicicleta. Aqui é um lugar em que o compartilhamento de carro deu certo e estimulou a invenção de chaves digitais. Prédios emprestam ou alugam suas garagens para as pessoas deixarem os carros compartilháveis. Coincidência ou não, minha gastrite crônica deu um tempo. Quanto mais inteligente a cidade, mais podemos usar a mais antiga das trações: a tração humana. Preparei uma seleção de projetos inovadores para as cidades, postos no Catraca Livre ([www.catractalivre.com.br](http://www.catractalivre.com.br)), além do detalhamento dos casos citados nesta coluna.

**Folha de São Paulo, junho de 2011.**

**É positivo o projeto de Código Florestal aprovado pela Câmara, que será votado pelo Senado? NÃO**

## **A mentira repetida (JOSÉ SARNEY FILHO)**

**A APROVAÇÃO DA EMENDA** substitutiva do relator Aldo Rebelo para o novo Código Florestal, na noite de 24 de maio de 2011, representa um dos maiores equívocos já cometidos pela Câmara dos Deputados, com repercussões que, mantido o retrocesso, devem afetar várias gerações, pois, ao contrário da mentira repetida pelos defensores da proposta, o texto aponta, sim, na direção do aumento do desmatamento.

Já tínhamos o péssimo exemplo da liberação da soja transgênica da Monsanto por medida provisória;

**Prof. Lucas Rocha**

agora, com a aprovação das mudanças no Código Florestal, fica a sensação de impunidade. Basta um olhar mais apurado para perceber que, além da farra da anistia para quem desafiou a lei e desmatou onde não era permitido, a fatídica proposta abre graves brechas na legislação para uso indevido de áreas que deveriam, à luz do interesse nacional, ser protegidas.

O artigo 3º, inciso III, por exemplo, ao definir o conceito de área rural consolidada, estende o regime de pousio para todas as propriedades, sem regra de temporalidade. Assim, áreas em regeneração na mata atlântica e na Amazônia serão consideradas como consolidadas e, portanto, disponíveis para uso agropastoril! O mesmo artigo exclui as veredas e os manguezais como áreas de preservação permanente (APP). Desconhecer a importância biológica desses ecossistemas é um erro inaceitável em termos de proteção ambiental.

O artigo 8º estende o uso de APP para atividades agrossilvipastoris, cujo impacto no desmatamento será imediato, regularizando, inclusive, aquilo que antes era irregular. Ademais, da maneira como foi redigido, não fica claro quem será responsável por autorizar a supressão de vegetação em APP. Em tese, qualquer órgão integrante das três esferas de poder poderá fazê-lo, o que, além de não recomendável, é preocupante, uma vez que sabidamente a grande maioria dos municípios não conta com estrutura técnica e material adequadas para esse fim.

Outro erro primário ou pura má-fé: as atividades de pastoreio extensivo e atividades agrossilvipastoris em topos de morros e encostas ocupadas até 2008 serão permitidas (arts. 10 e 12). É potencializar os efeitos negativos sobre a água e sobre o solo, principalmente as erosões e deslizamentos, estes últimos responsáveis por recentes tragédias que abalaram o país. O produtor que tem até quatro módulos fiscais - e neste caso um produtor pode ter várias propriedades de quatro módulos - fica, na prática, isento da recuperação da reserva legal (RL), independentemente da adesão aos programas de regularização ambiental (art. 13).

Ao flexibilizar as formas de compensação da RL (art. 38), a proposta incentiva novos desmatamentos, ao permitir que o produtor compense em outra região a devastação feita na sua propriedade, tendo ainda 20 anos como prazo para fazê-lo. No artigo 58, os estímulos ao desmatamento continuam. Antes, havia um embargo obrigatório da área desmatada ilegalmente. Agora, ele é optativo e, a depender da decisão, o agressor ambiental poderá fazer uso da área até que se tenha um desfecho do caso.

O texto aprovado na Câmara é um convite ao desmatamento do que resta dos nossos biomas e um prêmio para quem agiu na ilegalidade. É preciso corrigir os equívocos. Caso contrário, o Brasil poderá perder uma bandeira que faz diferença em um mundo cada vez mais dependente dos recursos naturais e do equilíbrio ambiental. Apostar no retrocesso ambiental como estratégia comercial para o agronegócio brasileiro é um erro que custará caro.

---

**JOSÉ SARNEY FILHO** é deputado federal pelo PV-MA, líder da bancada do Partido Verde na Câmara e coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista. Foi ministro do Meio Ambiente (governo FHC). **Folha de São Paulo, junho de 2011.**

**É positivo o projeto de Código Florestal aprovado pela Câmara, que será votado pelo Senado? SIM**

## **Entre conflitos e interesses (PAULO PIAU)**

**MEIO AMBIENTE** é uma matéria absolutamente nova no contexto global. A primeira conferência mundial promovida pela ONU se deu na Suécia, em 1972. Para o Brasil, o grande despertar foi com a Rio-92, já com a Constituição Federal de 1988 trazendo o meio ambiente como direito fundamental.

Embora o início da legislação do país seja em 1934, a mudança de paradigma no seu cumprimento culmina com o decreto presidencial nº 6.514, de julho de 2008, regulamentando a lei nº 9.605, editada em 1998, e com forte atuação do Ministério Público.

Os conflitos foram inevitáveis, pois uma legislação ambiental criada nos gabinetes de Brasília, sem a participação efetiva da sociedade e do Congresso, só poderia resultar na rebeldia de seu cumprimento pelos valorosos brasileiros que, em 511 anos, entraram pelos biomas brasileiros, incentivados pelos governos da época e promovendo o desenvolvimento do interior desse gigante território nacional.

Diante de tantas ocorrências, TACs (termos de ajustamento de conduta), multas, prisões e uma enorme instabilidade e insegurança jurídica no campo brasileiro, o então presidente da Câmara dos Deputados Michel Temer criou em 2009 a Comissão Especial do Código Florestal, cujo debate foi travado em 20 Estados brasileiros, com 70 audiências públicas. O resultado foi a aprovação de um relatório equilibrado, relatado pelo grande brasileiro Aldo Rebelo.

O grande conflito na votação do novo Código Florestal se dá entre aqueles que só querem preservar o meio ambiente e aqueles que perceberam que por trás dessa questão está em jogo a expulsão de 1 milhão de pequenos agricultores do meio rural, sobretudo aqueles localizados às margens dos rios, e a retirada de produção de 83 milhões de hectares, reduzindo a oferta de alimentos e aumentando o preço do alimento do trabalhador brasileiro.

**Prof. Lucas Rocha**

Outra questão em jogo é o interesse dos países ricos na riqueza da Amazônia e na possibilidade futura de o Brasil competir com eles na produção de alimentos e energia. Após a nova legislação entrar em vigor, os brasileiros contarão com um marco regulatório mais adequado para o setor produtivo e para preservar e conservar os 500 milhões de hectares de vegetação nativa, capazes de manter a nossa rica biodiversidade. Caberá às futuras gerações decidir sobre um novo modelo de desenvolvimento sustentável; cabe a nós, hoje, promover a educação ambiental, a conscientização sobre sua interatividade. Isso além de estimular a parceria com instrumentos de apoio e de incentivo aos produtores rurais, deixando para trás o velho instrumento de "comando e controle". Punição e multa serão necessárias apenas para os maus brasileiros que continuarem apostando na corrupção e na impunidade!

Esse conflito sobre o Código Florestal deixará como saldo o fortalecimento do Parlamento brasileiro, da democracia e do sentimento de soberania nacional, elementos fundamentais de uma nação forte e desenvolvida.

---

**PAULO PIAU**, engenheiro agrônomo, é deputado federal pelo PMDB-MG. **Folha de São Paulo, junho de 2011.**

## **Bactérias que engordam (DRAUZIO VARELLA)**

**HÁ MAIS** bactérias no corpo humano do que sonha nossa vã filosofia. Mais numerosas do que o total de células do organismo inteiro, elas colonizam a pele e as mucosas que revestem a superfície interna dos aparelhos respiratório, gênito-urinário e digestivo.

Na fase intrauterina vivemos num ambiente estéril, porque a placenta cria uma barreira que impede a flora materna de chegar até nós. Assim que o útero de nossas mães decide expulsar o parasita que lhes consumiu as entranhas durante nove meses, caímos num mundo com germes no ar, na água, nas pessoas que nos embalam e até nos seios daquelas que nos alimentam com tanto amor.

Já na primeira mamada, nossos intestinos são invadidos por milhões de bactérias, decididas a encontrar um nicho ecológico que lhes permita cumprir o mandamento supremo da vida na Terra e em qualquer planeta em que tenha existido ou porventura venha a existir: cresci e multipliquei-vos.

Nos míseros 5 milhões de anos em que nossa espécie tem feito de tudo para sobreviver, as bactérias aprenderam que a simbiose com as células intestinais é estratégia mais inteligente do que invadir a mucosa, penetrar os tecidos internos, desorganizar a fisiologia humana e matar o hospedeiro. Em ambiente de convivência harmoniosa podem ter acesso aos nutrientes que ingerimos e até ajudar a digestão de alimentos para os quais não estamos preparados, sem despertar a ira do sistema imunológico.

Em 2006, um grupo da Universidade de Washington observou que os intestinos de ratos obesos abrigavam uma população de bactérias diferente daquela existente nos magros. Três anos mais tarde, o mesmo grupo publicou na revista "Science" um estudo mostrando que ratos magros "alimentados" com a mesma flora bacteriana dos gordos, também ganhavam peso. Por simples manipulação das bactérias que vivem no intestino, seria possível realizar o grande sonho das mulheres e dos homens modernos: comer e beber à vontade sem engordar?

Pode parecer uma ideia mirabolante, mas faz algum sentido. Há muito tempo os criadores sabem que adicionar pequenas doses de antibióticos à ração faz o gado engordar e que o efeito é tão mais evidente quando mais cedo começa o tratamento dos bezerros. Se com o gado ocorre esse fenômeno, será que os antibióticos receitados às crianças, desde a descoberta da penicilina, não estariam implicados na epidemia de obesidade que se dissemina pelos cinco continentes?

No último Congresso Internacional sobre o Microbioma Humano, em Vancouver, no Canadá, Martin Blaser, da Universidade de Nova York, apresentou um trabalho comparando dois grupos de ratos criados em condições comparáveis: o primeiro recebeu diariamente doses baixas de antibióticos, enquanto o segundo não foi medicado. No final, os ratos alimentados com antibióticos tinham flora intestinal com menor diversidade do que os outros, pesavam 15% mais e acumulavam 25% mais gordura no fígado (esteatose hepática).

Pesquisadores do consórcio Meta-HIT que se dedicam a investigar a relação entre as condições de saúde e os genes bacterianos presentes no intestino humano, compararam os genes das bactérias presentes nas fezes de 177 dinamarqueses magros com aqueles detectados em 122 conterrâneos obesos ou com excesso de peso. Enquanto as fezes da maioria dos participantes continham cerca de 600 mil genes bacterianos diferentes, pelo menos um terço dos obesos apresentavam ao redor de 360 mil, indicando menor biodiversidade.

Foram identificadas seis espécies de bactérias cuja presença ou ausência permitia prever em mais de 80% dos casos se pertenciam à flora intestinal de uma pessoa magra ou gorda, enquanto a análise dos fatores genéticos predisponentes à obesidade possibilitava prever com acerto apenas 58% das vezes. O que não está claro é se as diferenças encontradas entre os microbiomas intestinais são a causa ou a consequência da obesidade, ou se representam fatores que apenas contribuem para que ela se instale. Ainda

levará tempo para surgir um iogurte rico em bactérias capazes de emagrecer sedentários que bebem sem moderação e comem tudo o que lhes oferecem.

Folha de São Paulo, junho de 2011.

## A publicidade de bebidas alcoólicas (JOÃO GUIMARÃES JÚNIOR e ILANA PINSKY)

**ENTRE AS CINCO INTERVENÇÕES** propostas em artigo recente da publicação "The Lancet" para lidar com a crise mundial de doenças não transmissíveis está a redução do consumo abusivo de bebidas alcoólicas. No Brasil, dados divulgados pelo Ministério da Saúde em abril mostram o aumento do percentual dos que bebem em excesso.

Diversos especialistas em saúde pública alegam ser impossível conceber uma política pública para reverter essa alarmante situação sem combater o estímulo exercido pela publicidade, especialmente a de cerveja, que associa seu consumo a imagens e situações atraentes, divertidas, bonitas ou eróticas.

Veiculada com impressionante frequência, especialmente na TV, a publicidade é capaz de interferir na liberdade de decisão de adolescentes e jovens adultos, por serem eles mais vulneráveis. No entanto, a proposta de proibir a publicidade de cerveja como medida útil para reduzir o alcoolismo vem provocando reação de setores publicitários e de mídia, que alegam tratar-se de cerceamento de sua liberdade de expressão ou censura.

Será que esses setores corporativos têm razão? A interferência do Estado na economia não é novidade nem arbitrária; é bem-vinda como resultado da evolução do direito para conciliar o capitalismo com a promoção do bem-estar social. Ora, como promover a saúde e o meio ambiente, por exemplo, sem controlar (quando possível) certas atividades que comprovadamente causam doenças ou poluem?

A imposição de algumas restrições às empresas se justifica, portanto, quando orientadas a proteger eficientemente e na justa medida interesses sociais valiosos. A lógica é simples: o sacrifício de um direito passa a ser aceitável quando resultar na proteção de outro considerado mais relevante.

Parece-nos legítimo questionar se as cervejarias devem ter direito irrestrito a bombardear crianças e adolescentes com todo tipo de assédio publicitário - altamente sofisticado e persuasivo -, quando argumentos consistentes demonstram a gravidade dos problemas de saúde pública causados pelo álcool e a influência da publicidade sobre esses consumidores. Será que interesses empresariais devem, nesse caso, se sobrepor a interesses sanitários?

Ainda que se reconheça sua importância, a publicidade não pode gozar da mesma proteção legal que merecem as manifestações artísticas, literárias, políticas ou jornalísticas, pois os valores que justificam a defesa intransigente destas absolutamente não estão presentes na mensagem de fim comercial. Cabe lembrar que, desde 1996, restringiu-se a propaganda de bebidas de alto teor alcoólico, sem que fosse abalado o prestígio de nossa democracia (quem não se lembra do famoso slogan que espalhava pelos meios de comunicação de massa o conceito de que beber cachaça era "uma boa ideia"?).

O que é inadmissível, em uma sociedade verdadeiramente democrática, é a prevalência de interesses econômicos quando está em jogo a saúde de jovens que são persuadidos diariamente a consumir bebidas alcoólicas.

---

**JOÃO LOPES GUIMARÃES JÚNIOR** é procurador de Justiça; foi promotor de Justiça do Consumidor. **ILANA PINSKY**, psicóloga, é vice-presidente da Abead (Associação Brasileira de Estudos do Alcool e outras Drogas). **Folha de São Paulo, junho de 2011.**

## O retrato de Dorian Gray (CARLOS HEITOR CONY)

**NECESSÁRIA** A constatação inicial: Oscar Wilde, principalmente no romance que leva o nome de "O Retrato de Dorian Gray", foi mais do que nunca um discípulo de Walter Horatio Pater, o criador da estética hedonista. Mais tarde, Pater até certo ponto renunciaria a alguns antecedentes e às muitas consequências de suas doutrinas e a prova disso é a eliminação, nas edições seguintes, de seu posfácio ao livro "Studies in the History of the Renaissance".

Mas de uma certa maneira, a estética de Pater não ficaria livre do superficial resumo feito por Oscar Wilde: o prefácio de "The Picture of Dorian Gray". Não bastando o prefácio, Oscar Wilde introduziu neste seu romance um personagem que trocou em miúdos -nem sempre originais- os principais pontos desta estética hedonística, tal pelo menos como Wilde a compreendeu e a exercitava não apenas em sua obra mas em sua própria vida.

Tampouco deve-se esquecer outra constatação necessária: o gênero fantástico estava em moda. De certa forma, sempre esteve em moda nas chamadas literaturas maiores. Contemporâneo de Wilde foi Robert Louis Stevenson com o seu "O Estranho Caso do Dr. Jekyll e de Mr. Hyde". Este gênero fantástico que atingiu um Goethe, que teve em Hoffmann um especialista, que sobreviveu em Henry James e que deu oportunidade a Swift para a sua obra-prima ("Viagens de Gulliver"), chegou a Oscar Wilde através de um afluente mais

aproximado: "A Pele de Onagro", de Honoré de Balzac.

O escritor Oscar Wilde estava suficientemente escorado para fazer o seu romance. E o homem Oscar Wilde sentiu-se escorado e encorajado para escrevê-lo. A difícil fase do processo criminal que o condenou estava longe ainda e Wilde podia escandalizar e ridicularizar a sociedade inglesa. Esta sociedade, ao mesmo tempo em que exasperava o futuro autor do "De Profundis", não levava a sério o seu bobo da corte, o seu Petrônio de Dublin: o próprio Wilde. Inconscientemente, para se vingar do título de árbitro, Petrônio escreveu o "Satiricon". Wilde escreveu "Dorian Gray". Literalmente, o romance resiste, tal como o seu autor, cujas peças continuam fazendo parte do repertório internacional. Wilde é responsável por alguns dos mais belos versos da língua inglesa.

A "Balada do Cárcere de Reading", além de seu valor social, é um poema que fica. "Salomé", como disse Otto Maria Carpeaux, sobrevive não apenas pela música de Richard Strauss. E Dorian Gray aí está, editado e reeditado em quase todas as línguas do mundo, provocando não mais escândalo, como em sua época, mas a admiração de muitos e o respeito de todos.

Wilde pertence à categoria dos autores revistos. Imediatamente ao seu processo e logo após a sua morte, foi dado como escritor menor, cuja obra se perderia no dandismo intelectual que o século 20 refugou e esqueceu. Mas vieram as revisões e gradativamente Wilde recuperou seu papel de intérprete de um tempo e de um modo de viver. Merece o nome e a glória que a condição de autor confere a alguns poucos. Não é um árbitro, como Petrônio. Wilde é mais do que um retrato no plano da grande literatura.

Dorian Gray não é um livro original, em plano e essência. Balzac, em "A Pele de Onagro", e Stevenson em "Dr. Jekyll e Mr Hyde", fizeram obras semelhantes e, pelo menos no caso de Balzac, maiores. Mas a obra wildeana consegue viver à própria custa, graças aos estonteantes recursos literários que o consagram. O leitor mais amadurecido talvez se canse dos paradoxos forçadamente brilhantes de Lord Henry, um conselheiro Acácio às avessas, inglês e não português, inteligente e não estúpido como o personagem de Eça, que na realidade era uma caricatura. A diferença é que Wilde fez do personagem o porta-voz dele próprio e de Pater.

E a fantástica aventura do jovem londrino que encontrou em sua beleza a sua própria miséria, se tem, por um lado, um aspecto moral muito óbvio para merecer a categoria de símbolo, por outro tem a força de um libelo. Libelo contra as sociedades que geram, em seus monturos de mitos e modas, o monstro repugnante do qual Dorian Gray é um retrato inapelável e cruel.

**Folha de São Paulo, junho de 2011.**

## **Mas isto é arte? (CONTARDO CALLIGARIS)**

**SÁBADO, DIA 4**, abre as portas a 54ª Bienal de Arte de Veneza. Gosto do clima cultural antes da abertura (nos jornais, na televisão e nos bares de Castello vingam as polêmicas sobre os curadores, os artistas convidados etc.). Em compensação, na cidade, a abertura é uma chatice: sentados às mesas dos restaurantes mais luxuosos ou plantados na popa das lanchas que servem de táxi, aparecem de repente centenas de personagens que talvez sejam artistas, curadores e intelectuais do mundo inteiro -mas acontece que, para ter cara de artistas, curadores etc., eles se esforçam tanto que parecem ser figurantes pagos por uma agência de turismo local.

Enfim, fico em Veneza até amanhã. E voltarei em julho, quando, passada a primeira semana de glamour, tanto a Bienal quanto as numerosas paralelas estarão abertas e quase desertas - até novembro. Não sei mais quantas Bienais de Arte de Veneza visitei. Tudo indica que a deste ano será boa, mas, agora, o que me interessa é este fato, que se repete a cada dois anos: nos dias antes de a mostra abrir, a imprensa italiana descobre as primeiras obras que chegam à cidade e sempre pergunta: "Mas, afinal, isto é arte?".

Claro, ninguém consegue responder, nunca. E eu acho ótimo que seja assim. Corajoso, o crítico Achille Bonito Oliva (no jornal "La Repubblica" de 28 de maio) propôs um catálogo de sugestões ou critérios, que me inspiraram alguns comentários.

1. "É preciso chegar diante da obra desarmados, ou melhor, com um preconceito favorável." A sugestão me fez pensar, paradoxalmente, no excesso de preconceito favorável com o qual, em regra, nós nos aproximamos da arte "clássica". Enquanto entramos numa Bienal perguntando, irônicos, se "aquilo" é arte, entramos nos museus como se fossem santuários. No entanto, há muitas obras dos últimos seis séculos que são formalmente falidas e triviais pelo tema.

Gostaria que, na hora de visitar um museu, a gente pudesse deixar nosso preconceito favorável no vestiário e evitar se extasiar quando não há por quê. No museu da Accademia, na semana passada, uma mãe exasperada tentava incutir respeito (não apreciação: respeito) a um menino de sete anos que achava aquilo tudo muito chato; a cena acontecia diante de uma medíocre crosta do século 17. Não seria mau se nós mesmos aprendêssemos a entrar nos grandes museus (que às vezes são apenas museus grandes) com a irreverência de uma criança que não está a fim de ser entediada.

2. "A arte é forma... Se ela precisa de demasiadas explicações, de legendas, a obra faliu."

Aplaudo: gosto de enriquecer minha experiência lendo sobre a de outros diante da mesma obra, mas a obra que PRECISA de um modo de uso é fracassada.

3. "A arte deve pensar o mundo", sugere Bonito Oliva. Concordo, mas sempre parecemos oscilar entre dois estereótipos: o do crítico e o do jornalista.

O estereótipo do crítico prefere ser incompreensível, talvez por medo de simplificar e reduzir. O estereótipo do jornalista, preocupado com o conforto de seus leitores, resume a obra ao óbvio. Exemplo. Jennifer Allora e Guillermo Calzadilla, artistas norte-americanos, propõem (no pavilhão dos EUA) um tanque de guerra de cabeça para baixo com, em cima, uma esteira sobre a qual correrão (na abertura, suponho) os membros do time de atlética dos EUA.

Já houve jornalistas para decretar que a obra denuncia a guerra e propõe o esporte como alternativa. Caramba! Só para começar: talvez a obra afirme que guerra e esporte são misérias (ou glórias) comparáveis, duas faces da mesma medalha. E que tal se a denúncia dissesse que o horror da guerra não é muito pior do que o domínio exercido sobre nós pela ditadura higienista do corpo em forma?

Bonito Oliva conclui dizendo que "a arte é o domingo da vida", porque representa a suspeita de uma outra beleza, a esperança de um desconcerto. Por isso mesmo, preferiria dizer que a arte é o sábado da vida - na espera de domingos, que sempre decepcionam um pouco.

Enfim, a modernidade (é o que mais gosto nela) é a época da dúvida como valor. Ter uma conduta moral, para nós, significa não parar de se perguntar o que é justo e o que é errado. Da mesma forma, apreciar nossa arte talvez signifique não parar de se perguntar: "Será que isto é arte?".

**[ccalligari@uol.com.br](mailto:ccalligari@uol.com.br) – Folha de São Paulo, junho de 2011.**

## **Sobre a legitimidade das patentes no campo científico (ARTHUR MEUCCI)**



**ATUALMENTE, NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)** e em muitas outras universidades públicas que investem em pesquisa no Brasil, há políticas acadêmicas cada vez mais agressivas que buscam "conscientizar" e "motivar" seus pesquisadores para registrarem patentes dos resultados obtidos por suas pesquisas. As universidades argumentam que o "roubo das descobertas" possibilita outras pessoas a levarem o crédito pelos resultados da pesquisa, além da perda financeira que o pesquisador e a universidade podem ter na comercialização de produtos obtidos por pesquisas não patenteadas.

A patente é considerada um título de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, outorgados pelo Estado brasileiro aos inventores, autores, pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos quando registram suas descobertas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Considerada pelo INPI como "criadora" ou "inventora", a pessoa que registra a patente recebe os privilégios de ter reconhecida sua autoria pela "criação ou invenção", além do direito de auferir lucros com a comercialização de produtos feitos por terceiros que usem sua patente.

Se olharmos pela perspectiva ideológica da sociedade de mercado, faz todo sentido registrar os frutos de um trabalho científico, pessoal ou institucional, com vistas a garantir recompensas pelos esforços utilizados no processo de invenção. Quando enxergamos o ser humano como um indivíduo que existe, se constitui, pensa e age por si mesmo, acabamos não questionando os pressupostos teóricos do registro da "propriedade intelectual". Esses agentes que se assemelham ao divino na possibilidade de "criar", com suas próprias capacidades, algo que não existia, compartilham indiretamente da premissa da existência de um "eu" inato e permanente, que existe em si e por si. Um ser que, quando inventa, se considera autônomo e autossuficiente, como a imagem que temos de Newton ao descobrir a gravidade debaixo da macieira, ou de Pasteur, que pesquisou e lutou contra a sociedade de sua época quando descobriu a penicilina e os micro-

organismos. Gênios aparentemente autônomos, muito à frente de sua época, que ofereceram contribuições inestimáveis para a humanidade.

As perspectivas teóricas liberais que justificam esta concepção de trabalho e propriedade são amplamente conhecidas pela filosofia de John Locke ou juridicamente, nos manuais de Direito. "O trabalho pode ser definido como toda ação humana, realizada com dispêndio de energia física ou mental, acompanhada ou não de auxílio instrumental, dirigida a um fim determinado, que produz efeitos no próprio agente que a realiza, a par de contribuir para transformar o mundo em que vive"<sup>1</sup>. A ideia de um indivíduo que age para obter algo e que, por desprender certo gasto de energia, se torna proprietário daquilo que fez, pode ser facilmente questionada por outras premissas teóricas marxistas ou sociológicas.

No intuito de analisar a ideia de patente, proponho duas perguntas essenciais: "Quem é o agente criador?" e "O que seria esta suposta criação?"

O agente que inventa é um ser social, uma pessoa que foi constituída em suas relações sociais com a família, escola, mídia, universidade, etc. O seu "eu" não é inato, mas fruto de relações sociais que definiram seu comportamento e seu discurso sobre si mesmo. Seus gostos e prazer de estudos foram ensinados, assim como sua formação acadêmica só foi possível graças aos investimentos da sociedade na universidade (pelo Estado ou em benefícios concedidos às instituições particulares de ensino). Os homens são seres sociais, logo, não são autônomos e independentes. O seu trabalho intelectual depende de fatores históricos, sociais e econômicos que estão além da simples observação. Não existe um "eu", e sim um "nós criador", inúmeros discursos sociais aprendidos e incorporados em um agente que possibilitam avançar tanto no conhecimento quanto na tecnologia.

O que seria então a suposta "criação"? Aquilo que se descobre ou cria não é um fenômeno singular, mas o fruto da história e de um campo científico. Para se inventar a penicilina, por exemplo, foi necessário aprender a observar o mundo como um cientista, estudar Biologia, ter um laboratório próprio para a pesquisa, etc. Toda criação de um agente é fruto de inúmeros fatores. Como escrevia o sociólogo Pierre Bourdieu sobre as invenções científicas: "Os cientistas nunca são os gênios singulares de quem se faz a história hagiográfica: são sujeitos coletivos que, enquanto história coletiva incorporada, atualizam toda a história pertinente da sua ciência - penso, por exemplo, em Newton ou Einstein -, e que trabalham no seio dos grupos coletivos com instrumentos que pertencem à história coletiva objetivada."<sup>2</sup>

Se o inventor e sua invenção dependem das instâncias sociais para existirem, se suas existências são marcadas por um campo histórico que favoreceu seu pertencimento, se toda criação pressupõe um investimento da sociedade, o que pode legitimar uma ideia ou criação como uma posse pessoal? Se o corpo social é um fator determinante no surgimento de uma invenção, como podemos aceitar que uma pessoa física ou jurídica possa lucrar sozinha com uma patente? Nada seria mais ingrato e injusto, com o campo científico e com a sociedade, do que tornar propriedade particular uma invenção que só foi possível graças à história da Ciência e ao corpo social que permitiu seu surgimento. Por esse motivo, acredito que devemos repensar as atuais políticas de patentes.

1. MARTINS FILHO, Ives Gandra S. *Manual de Direito e processo do trabalho*. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 23.

2. BOURDIEU, Pierre. *Science de la science et réflexivité*. Paris: Éditions Raisons D' Agir, 2001, p. 342.



**ARTHUR MEUCCI** é Mestre em Filosofia pela USP e membro da Associação Filosófica *Scientiae Studia*. Professor Conferencista de Ética da ECA/USP, de Ética e Negócios da Unip e do Colégio Bom Jesus. É consultor do Espaço Ética. [www.meucci.com.br](http://www.meucci.com.br) - **Revista Filosofia, junho de 2011.**

## **Sobre desistência em boas universidades** (CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ e RENATO HYUDA DE LUNA PEDROSA)

**A FOLHA NOTICIOU EM 10 DE MARÇO** que 25% dos convocados em 1ª chamada na USP em 2011 não se matricularam, e buscou razões para tal. O jornal considerou esse dado tão fora do comum que mereceu a principal manchete da **Primeira Página**. Em resposta, a Fuvest, organizadora do vestibular da USP, mostrou que uma parte dos desistentes não poderia se matricular por não ter concluído o ensino médio. Efetuadas essas correções, os 25% se tornam 16%. Por que uma fração dos alunos desiste de cursar a USP? Que fração seria "grande demais"?

Algumas comparações auxiliam o entendimento da questão. Tome-se o exemplo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que, situada em polo urbano e bem qualificada, tem semelhanças com a USP. Em 2010, 28% dos aprovados no vestibular não atenderam à primeira chamada.

Para as universidades federais que participaram do Sistema Unificado do MEC em 2011, a ausência na primeira chamada foi maior do que 50%. Na UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), a maior federal em São Paulo e considerada uma excelente universidade, a ausência foi de 39%. Já no sistema da Universidade da Califórnia, que inclui Berkeley, Los Angeles, San Diego e outros campi, a taxa de desistência entre os alunos aceitos no processo seletivo é de 55%. Em Berkeley, dos 48 mil inscritos, 10,5 mil são convocados e apenas 4,4 mil se matriculam - ou seja, desistência de 59%.

Berkeley seria por isso uma universidade ruim? Não. Berkeley é, em todas as avaliações internacionais, a melhor universidade pública dos EUA e figura entre as dez melhores do mundo. O que revela então o percentual de 59%, quase quatro vezes o da USP? Revela que um estudante de Illinois inscrito e aceito em Berkeley e também na Universidade de Illinois provavelmente prefere ficar em seu Estado - e por isso desiste de estudar em Berkeley.

De forma similar, alunos aprovados na USP e na Unicamp e moradores da região de Campinas podem preferir estudar onde moram. Um levantamento bem-feito provavelmente poderá mostrar que a USP tem um dos menores índices de desistência entre as universidades brasileiras. O fato de oferecer vestibular em 49 cidades no Estado de São Paulo e também em Curitiba, Brasília e Belo Horizonte é um dos fatores que afetam essa taxa.

Como esperado, os cursos com maiores índices de desistências estão no interior - nos campi de Bauru, Ribeirão Preto e São Carlos -, pois esses centros oferecem programas competitivos, de alta reputação, que atraem interesse de candidatos de outras regiões.

Os jovens paulistas precisam de mais vagas em boas universidades. No caso de vagas em universidades federais, mesmo com o aumento recente, permanece a discriminação da União contra São Paulo. Dados da Pnad/IBGE e do Censo do Ensino Superior de 2008 combinados mostram que, no Estado, apenas 0,7% das pessoas com ensino médio completo e idade entre 16 e 24 anos estão matriculadas em universidades federais - a menor taxa do país. Na Bahia, a chance é dez vezes maior - 7,3%. Em Pernambuco, 20 vezes maior: 15%.

É possível e desejável que a ampliação da oferta de vagas em boas universidades em São Paulo venha a causar mudanças na maneira como candidatos escolhem seus cursos para todo o sistema. O aumento no número de boas universidades não implica a piora das já existentes: implica mais opções para os melhores candidatos. O desafio para as melhores universidades é o de ter uma atitude fortemente proativa na busca dos melhores estudantes - em qualquer lugar do mundo em que estejam.

---

**CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ**, membro da Academia Brasileira de Ciências, é diretor científico da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Foi reitor da Unicamp e presidente da Fapesp. **RENATO HYUDA DE LUNA PEDROSA** é coordenador do vestibular da Unicamp. Os dois autores são engenheiros de eletrônica pelo ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica). **Folha de São Paulo, junho de 2011.**

## **Consultas populares (MARCELO COELHO)**

**NÃO SE** pode dizer que faltou discussão em torno do novo Código Florestal. Notícias sobre o tema vinham sendo publicadas há um bom tempo, e mesmo aspectos bastante técnicos, como o tamanho das áreas a serem preservadas junto aos rios, expuseram-se ao jogo das opiniões. Mas, como em geral acontece, o tema só esquenta de fato quando está para ser decidido no Congresso.

A discussão se instaura para valer quase no momento em que já está para ser encerrada, e o cidadão toma um susto quando lê, por exemplo, que a área de desmatamento aprovada pelo novo código pode ser equivalente à do Estado do Paraná. Como assim? No espírito de um certo Deus-nos-acuda, os olhares se voltam para a presidente Dilma Rousseff, que promete vetar a emenda, caso a aprovem no Senado também. Na Câmara dos Deputados, o resultado foi arrasador. Uma vasta maioria se mostrou favorável ao desmatamento. Do ponto de vista das instituições políticas, estamos diante de um dilema interessante. Não é todo dia que a presidente da República se dispõe a enfrentar o Congresso.

Um veto presidencial não é brincadeira. Tanto a decisão da maioria quanto o veto de Dilma são procedimentos legítimos; fazem parte das regras previstas pela Constituição. E, certamente, um veto de Dilma iria mais uma vez confirmar características que muitos cidadãos aprovam na personalidade da presidente. De qualquer presidente, aliás, e não só no Brasil: o cargo cria a expectativa de que a autoridade deve ser exercida. Veja-se o desgaste de Obama, cada vez que tem de negociar com o Congresso.

Do ponto de vista da democracia, entretanto, não é tão simples escolher um dos lados da questão. Será preferível o veto da presidente eleita ou o apoio majoritário do Congresso à emenda do desmatamento? Teoricamente, o conjunto dos deputados e senadores "representa" o país. Mas são poucos os deputados que têm, em seus compromissos com o eleitor, uma fisionomia clara no tocante ao Código Florestal. Os ecologistas e os ruralistas foram eleitos, pode-se dizer, com esse tema explicitado em suas plataformas. É difícil imaginar que, no toma lá, dá cá da grande maioria dos deputados, a questão doutrinária prevaleceu.

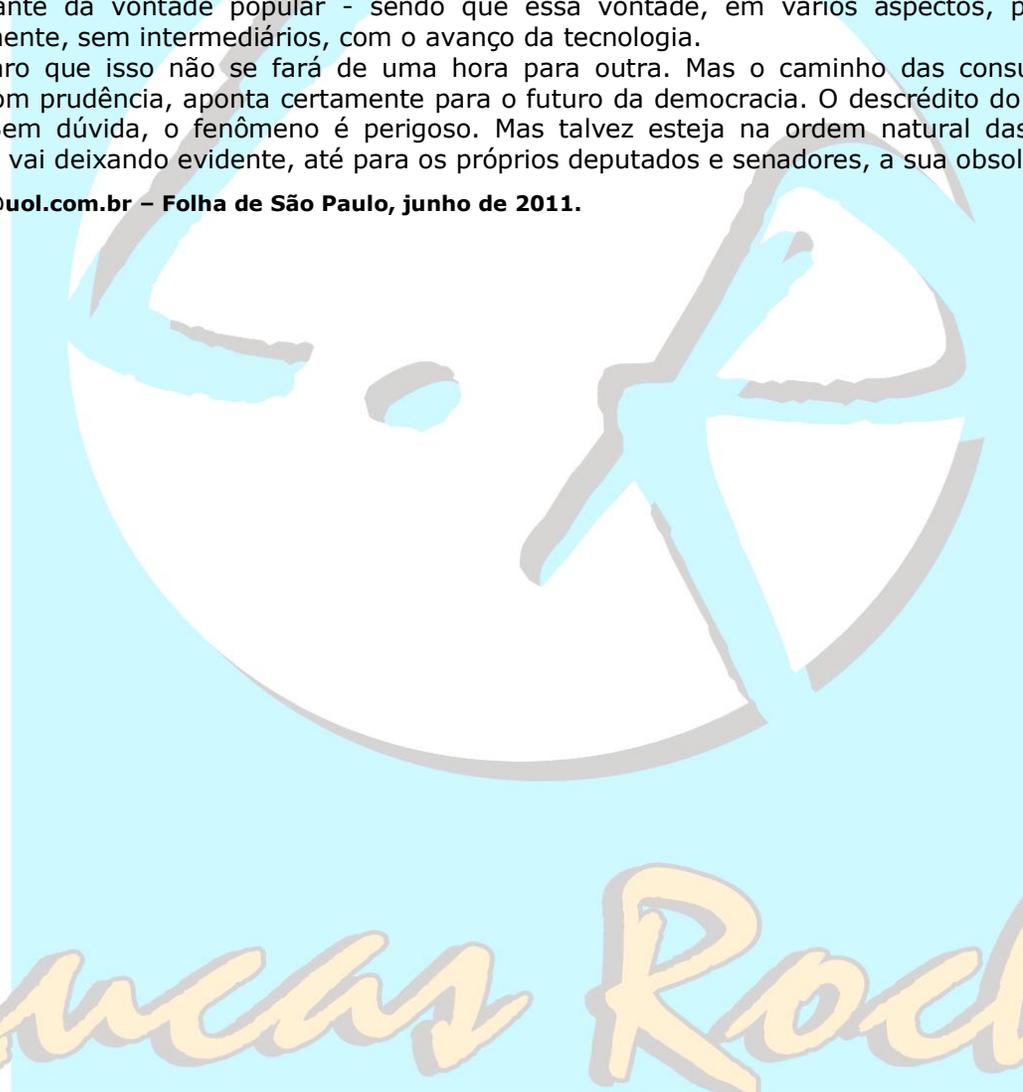
São as regras do jogo, dirá a teoria democrática. Não podemos ter certeza sobre a decisão de cada deputado individualmente. O resultado, contra o desejo do governo, refletiu o jogo das pressões políticas. Ao mesmo tempo, a decisão unilateral de Dilma, vetando a lei, teria a virtude de chamar plenamente para a Presidência a responsabilidade pela decisão. Responsabilidade que se dilui, como vimos, no plenário do Congresso. Talvez fosse o caso de introduzir uma outra variável para sair desse impasse. Por que não convocar um referendo, uma consulta popular sobre uma ou outra emenda específica do Código Florestal?

Disponemos, atualmente, de mecanismos eficientes e rápidos para consultar a população. A apuração dos votos numa eleição se faz em menos de 24 horas. Imagino alguns meses de campanha. O Congresso e os tribunais eleitorais poderiam estabelecer regras e limites para a decisão e sobre o modo com que se fariam os debates pela TV. No plebiscito anterior, sobre o comércio de armas, saí perdendo. Mas foi inegável que a população, durante algumas semanas, discutiu o assunto com conhecimento de causa - pelo menos, um conhecimento bem maior do que o que costumamos ver nas eleições para cargos proporcionais.

No fundo, acho que os últimos dez ou 20 anos estão colocando em crise, como nunca antes, a própria ideia da representação parlamentar. Com a internet, com videoconferências, com o sistema das urnas eletrônicas, vai me parecendo arcaico o sistema de fazer um grupo de políticos agir como emissário, como representante da vontade popular - sendo que essa vontade, em vários aspectos, pode se manifestar imediatamente, sem intermediários, com o avanço da tecnologia.

Claro que isso não se fará de uma hora para outra. Mas o caminho das consultas populares, se trilhado com prudência, aponta certamente para o futuro da democracia. O descrédito do Congresso tende a crescer. Sem dúvida, o fenômeno é perigoso. Mas talvez esteja na ordem natural das coisas, quando a tecnologia vai deixando evidente, até para os próprios deputados e senadores, a sua obsolescência.

**coelhosp@uol.com.br – Folha de São Paulo, junho de 2011.**



**Lucas Rocha**